

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

---

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

o quantitativo de atestado de capacidade técnica da empresa pro marcas não está a contento do solicitado em edital. quanto a empresa squadra conforme reza o edital devera apresentar o balanço NA FORMA DA LEI (ACOMPANHADO DAS NOTAS EXPLICATIVAS) E TAL DOCUMENTO FOI APRESENTADO SEM ESTÁ VALIDADO PELO SPED. Com isso a necessidade da apresentação do arquivo digital para a verificação e comprovação da inclusão das notas explicativas no SPED para saber se foram inseridas no BLOCO J e campo J800

**Voltar**

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

---

#### **RECURSO :**

A empresa PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA apresentou apenas 2 (dois) atestados de capacidade técnica que apenas abrangem escova de dental, creme dental da empresa Exp Business e outro da empresa Rafti que não atende aos critérios do item 9.17 do edital, pois não apresenta características, quantidades e prazos compatíveis.

Além que não houve a comprovação da autenticidade dos atestados através de contrato ou notas fiscais;

Ante o exposto, requer seja conhecido o presente Recurso Administrativo, para julgá-lo totalmente procedente, para que seja inabilitada e desclassificada a empresa PRO MARCAS, a fim de que se obtenha a melhor prestação de serviço para Administração Pública, atendendo assim, ao interesse público de forma satisfatória.

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório referente ao presente certame.

Nesses termos

Pede e Espera Deferimento

**Voltar**

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

##### **I. DOS FATOS E ARGUMENTOS DA PARTE RECORRENTE**

A empresa CONTAINER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA interpôs recurso, questionando a adequação dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, ora parte contrarrazoante. A recorrente fundamenta sua alegação na suposta incompatibilidade dos atestados, bem como na ausência de elementos que atestem sua autenticidade, consoante os ditames editalícios.

##### **II. DA ADEQUAÇÃO DOS ATESTADOS APRESENTADOS**

Cumprе esclarecer, desde logo, que os atestados de capacidade técnica emitidos para empresa PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, ora contrarrazoante, referem-se a produtos que compõem kits de higiene, estando em plena consonância com o objeto da licitação em foco. A recorrente, em sua argumentação, desconsidera a natureza específica dos atestados, que se destinam a produtos integrantes dos kits licitados, conferindo, portanto, a compatibilidade necessária.

##### **III. DA AUTENTICIDADE DOS ATESTADOS**

A empresa CONTAINER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA aduz que os atestados apresentados carecem de autenticidade comprovada, pois não foram respaldados por contratos ou notas fiscais. Todavia, o edital, criteriosamente elaborado, prevê a possibilidade de diligência para verificação da veracidade dos documentos apresentados, atendendo, assim, também às regulamentações vigentes e respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

##### **IV. DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO**

Os argumentos expostos pela empresa CONTAINER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA não encontram respaldo na realidade fática dos documentos em análise. Os atestados apresentados pela PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, além de adequadamente compatíveis com o objeto licitado, podem ser submetidos ao mecanismo de diligência, a fim de comprovar sua autenticidade.

Por conseguinte, o pleito da recorrente pela inabilitação e desclassificação da empresa PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA não se sustenta diante das evidências e dos dispositivos editalícios aplicáveis. A manutenção da lisura e da legalidade do processo licitatório deve prevalecer para assegurar os interesses da Administração Pública.

##### **V. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência o conhecimento das presentes contrarrazões, a fim de que o recurso interposto pela empresa CONTAINER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA seja julgado improcedente. Pugna-se, ainda, pela continuidade regular do processo licitatório, em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

**Fechar**

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

DECISÃO RECURSO  
Nº 005/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.

PAE nº: 223/560873.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04.

Referência: Grupo 01 – Kit Higiene (Exclusivo ME/EPP)

Pregoeiro(a): Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM.

Data do Certame: 27 de julho de 2023, 09h30min.

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão da pregoeira ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

#### 2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no art. 44 do decreto estadual nº 534/2020;

#### 3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

“O quantitativo de atestado de capacidade técnica da empresa pro marcas não está a contento do solicitado em edital.” Grifo nosso.

#### 4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, apresentou as suas razões via sistema.

#### 5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

#### 6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que:

a) Quanto ao questionamento:

“(…) apresentou apenas 2 (dois) atestados de capacidade técnica que ape-nas abrangem escova de dental, creme dental da empresa Exp Business e outro da empresa Rafti que nao atende aos criterios do item 9.17 do edital, pois não apresenta características, quantidades e prazos compatíveis. Além que não houve a comprovação da autenticidade dos atestados atraves de contrato ou notas fiscais;” Grifo nosso.

Inicialmente, rege o item 9.17.2 do edital que:

(…)

9.17.2. Atestado (s) de Capacidade Técnica Operacional, em papel timbra-do da entidade emitente devendo ser fornecido por pessoas jurídicas de di-reito publico ou privado, comprovando que a licitante forneceu satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis (correlacio-nados) com o objeto desta licitação, devendo ser produtos com características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, entregues com pontualidade e qualidade. Podendo ser exigido em diligencia da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou instrumento equivalente ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

9.17.2.1. Entende-se por quantidade compatível o fornecimento de, pelo menos, no caso de ampla concorrência, 2000 (dois mil) kits emergenciais (kit higiene), ou ainda, o equivalente em quantitativo de itens correlaci-onados ao kit higiene, sendo definido tal quantitativo com base em contra-tações anteriores por este órgão gerenciador. E, no caso do item exclusi-vo para ME/EPP, 06 (seis) kits emergenciais (kit higiene), sendo definido tal quantitativo tomando-se por base a representação percentual aplicável a ampla concorrência. Grifo nosso.

(…)

Na leitura do item 9.17.2 do edital resta claro que “Poderá” ser exigida em diligência a apresentação de documentos comprobatórios do atestado, sendo esta uma faculdade da pregoeira, não havendo, portanto, obrigatoriedade. E que se registre que na avaliação desta pregoeira, no decorrer da fase de habilitação, por se tratar de comprovação de quantidade exígua, a saber 06 (seis) kits emergenciais (kit higiene), correspondente a um total de 192 (cento e noventa e dois) itens, não se vislumbrou no ato a necessidade de pedido de comprovação para o atestado, o qual menciona o fornecimento de 50.000 kits higiene pela recor-rida.

No entanto, rege ainda o item 8.4 do edital, que qualquer interessado poderá requerer diligências a fim de se aferir

a legalidade as propostas, o que poderia ter sido feito ainda no decurso da fase de julgamento/habilitação, evitando-se assim apresentação de recurso de assunto que poderia ser sanado em fase anterior. No entanto, o entendimento desta pregoeira é de que para dar maior segurança jurídica ao processo, que o referido Grupo 01 seja retomado para a fase de habilitação a fim de se comprovar a veracidade do atestado apresentado com vistas a atender o quantitativo mínimo exigido no item 9.17.2.1 do edital.

Importante embasar tal decisão no ACÓRDÃO DO TCU nº 1211/2021, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021:

(...)

i) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)

ii) o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes;

iii) a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

(...)

## 7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 41.243.002/0001-99, para o Grupo 01 do Edital do PE nº 006/2023 – CBMPA /CEDEC, decidindo por retornar à fase de habilitação a fim de realizar diligência perante a recorrida, a empresa PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 45.950.400/0001-04, nos termos dos itens 8.4, 9.17.2 e 9.17.2.1 do edital, para comprovação da veracidade do atestado apresentado com vistas a atender o quantitativo mínimo exigido no edital.

7.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

7.3. É a decisão.

Belém-Pará, 29 de agosto de 2023.

Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM  
Pregoeira do PE nº 06/2023 – CBMPA/CEDEC

**Fechar**



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**DECISÃO RECURSO**

**Nº 005/2023**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.

**PAE nº:** 223/560873.

**Objeto da licitação:** Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

**Empresa Recorrente:** CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

**Empresa Recorrida:** PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04.

**Referência:** Grupo 01 – Kit Higiene (Exclusivo ME/EPP)

**Pregoeiro(a):** Renata de Aviz Batista – **MAJ QOBM.**

**Data do Certame:** 27 de julho de 2023, 09h30min.

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de decisão da pregoeira ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no art. 44 do decreto estadual nº 534/2020;

**3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS**

“O quantitativo de **atestado de capacidade técnica** da empresa pro marcas não está a contento do solicitado em edital.” **Grifo nosso.**

**4. DAS RAZÕES DO RECURSO**

4.1. A Recorrente, CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, apresentou as suas razões via sistema.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **5. DAS CONTRARRAZÕES**

5.1. A Recorrida, PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

## **6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO**

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que:

**a) Quanto ao questionamento:**

“(...) apresentou apenas 2 (dois) atestados de capacidade técnica que apenas abrangem escova de dental, creme dental da empresa Exp Business e outro da empresa Rafti que *nao* atende aos *critérios* do item 9.17 do edital, pois não apresenta *características*, quantidades e prazos *compatíveis*. Além que **não houve a comprovação da autenticidade dos atestados através de contrato ou notas fiscais;**” **Grifo nosso.**

Inicialmente, rege o item 9.17.2 do edital que:

(...)

**9.17.2.** Atestado (s) de Capacidade Técnica Operacional, em papel timbrado da entidade emitente devendo ser fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu satisfatoriamente **os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis (correlacionados)** com o objeto desta licitação, devendo ser produtos com características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, entregues com pontualidade e qualidade. **Podendo** ser exigido em diligência da proposta melhor classificada, **que apresente cópia autenticada do contrato** de fornecimento de materiais ou de prestação de serviço ou instrumento equivalente **ou** da(s) respectiva(s) **nota(s) fiscal(is)**, que deram origem ao Atestado.

**9.17.2.1.** Entende-se por quantidade compatível o fornecimento de, pelo menos, no caso de ampla concorrência, 2000 (dois mil) kits emergenciais (kit higiene), **ou ainda, o equivalente em quantitativo de itens correlacionados ao kit higiene**, sendo definido tal quantitativo com base em contratações anteriores por este órgão gerenciador. E, **no caso do item exclusivo para ME/EPP, 06 (seis) kits emergenciais (kit higiene)**, sendo definido tal quantitativo tomando-se por base a representação percentual aplicável a ampla concorrência. **Grifo nosso.**

(...)

Na leitura do item 9.17.2 do edital resta claro que “**Poderá**” ser exigida em diligência a apresentação de documentos comprobatórios do atestado, sendo esta uma faculdade da pregoeira, não havendo, portanto, obrigatoriedade. E que se registre que na avaliação desta





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

pregoeira, no decorrer da fase de habilitação, por se tratar de comprovação de quantidade exígua, a saber 06 (seis) kits emergenciais (kit higiene), correspondente a um total de 192 (cento e noventa e dois) itens, não se vislumbrou no ato a necessidade de pedido de comprovação para o atestado, o qual menciona o fornecimento de 50.000 kits higiene pela recorrida.

No entanto, rege ainda o item 8.4 do edital, que qualquer interessado poderá requerer diligências a fim de se aferir a legalidade as propostas, o que poderia ter sido feito ainda no decurso da fase de julgamento/habilitação, evitando-se assim apresentação de recurso de assunto que poderia ser sanado em fase anterior. No entanto, o entendimento desta pregoeira é de que para dar maior segurança jurídica ao processo, que o referido Grupo 01 seja retomado para a fase de habilitação a fim de se comprovar a veracidade do atestado apresentado com vistas a atender o quantitativo mínimo exigido no item 9.17.2.1 do edital.

Importante embasar tal decisão no ACÓRDÃO DO TCU nº 1211/2021, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021:

(...)

i) **admitir a juntada de documentos** que apenas venham a **atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública** do certame **não fere os princípios da isonomia e igualdade** entre as licitantes e **o oposto**, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, **resulta em objetivo dissociado do interesse público**, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)

ii) o **pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear** eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante **decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes**;

iii) a **vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual **deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**.

(...)

## **7. CONCLUSÃO**

**7.1.** Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, decidindo pela procedência parcial das razões





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

apresentadas pela licitante CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 41.243.002/0001-99, para o Grupo 01 do Edital do PE nº 006/2023 – CBMPA /CEDEC, decidindo por **retornar à fase de habilitação** a fim de realizar diligência perante a recorrida, a empresa PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 45.950.400/0001-04, nos termos dos itens 8.4, 9.17.2 e 9.17.2.1 do edital, para comprovação da veracidade do atestado apresentado com vistas a atender o quantitativo mínimo exigido no edital.

**7.2.** Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

**7.3.** É a decisão.

Belém-Pará, 29 de agosto de 2023.

**Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM**

Pregoeira do PE nº 06/2023 – CBMPA/CEDEC





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Visto

## **DECISÃO AUTORIDADE COMPETENTE**

**PE 06/2023 - CEDEC/CBMPA – REGISTRO DE PREÇOS PARA  
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (KIT HIGIENE).**



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ**

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: [cplcbmpa@gmail.com](mailto:cplcbmpa@gmail.com)

**Análise das decisões proferidos pelo Pregoeiro** Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM, referente ao processo PAE nº: 2023/560873 que trata do Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA, cujo objeto é: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene) ocorrido em 27 de julho de 2023, 09h30min (*sessão de abertura*).

**Metodologia:** Este ordenador inicialmente fará suas considerações a respeito dos fatos, com base no arcabouço que envolve as razões, contrarrazões e decisão do pregoeiro e ao final emitirá sua decisão.

### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 1**

Empresa Recorrente: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Após as etapas de lances, julgamento de propostas e habilitação, houve recurso impetrado pela empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71, questionando a aceitação da proposta da recorrida. Os questionamentos envolvem a ausência do valor total por kit na proposta da recorrida, a alegada incongruência que poderia induzir a administração ao erro devido à imprecisão do valor e a exequibilidade da proposta, com apresentação de cálculos para comprovar tal argumento. Também foi mencionada a falta de lançamento de notas explicativas sobre índices financeiros na proposta da recorrida.

O pregoeiro entende que o erro na “Planilha de composição de custos” é material e corrigível, não afetando a proposta em si, desde que não haja aumento no valor total, conforme previsto na Lei 8.666/1993 e no acórdão nº 714/2021.

O pregoeiro concorda parcialmente com a argumentação da recorrente, reconhecendo o erro como corrigível, desde que não haja aumento no valor total da proposta, conforme a

jurisprudência. Além disso, enfatiza que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas, não sendo um concurso de destreza para escolher o melhor cumpridor do edital. Também destaca que o setor técnico analisou a proposta ajustada, os catálogos, a planilha de composição e a demonstração de exequibilidade, considerando suficientes as notas fiscais de compras e orçamentos de fornecedores para comprovar a coerência dos preços de custo. Portanto, decide dar provimento parcial ao recurso da empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, solicitando à empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA que ajuste sua proposta final e a planilha de composição de preços de acordo com o edital, sem aumento no preço ofertado, retornando à fase de julgamento de propostas.

### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 2**

Empresa Recorrente: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

O recurso menciona que a arrematante do Grupo 2 não possui a documentação exigida por lei para a atividade temporariamente arrematada, especificamente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA. A recorrente justifica essa ausência com base em amparo legal.

No ponto “Das Razões do Recurso”, é mencionado que a Recorrente, S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, apresentou suas razões via sistema. As Contrarrazões, por sua vez, foram apresentadas pela Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Na seção “Dos Pedidos da Recorrente e da Análise do Recurso”, a Recorrente requer que a Recorrida apresente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para a comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal. Argumenta que o edital não previa essa exigência e que a ausência de previsão no edital torna essa exigência ilegal. É mencionado que qualquer interessado poderia ter impugnado o edital, mas isso não foi feito. Na decisão relatada, o pregoeiro solicitou uma manifestação jurídica à Comissão de Justiça do CBMPA

para esclarecer a questão da exigência da AFE. A Comissão de Justiça emitiu um parecer jurídico que respalda a exigência da AFE, com base na legislação vigente. Após análise, a Comissão de Justiça do CBMPA recomenda o cancelamento do certame licitatório, sugerindo a abertura de um novo procedimento licitatório. A decisão final anula o certame devido à ausência da exigência da Autorização de Funcionamento da ANVISA entre os documentos de qualificação técnica.

### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 3**

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado a empresa CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, questiona a aceitação da proposta da empresa SQUADRA, alegando que esta não havia validado seu balanço patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme exigido pelo edital. A recorrente solicitou a apresentação do arquivo digital para verificar a inclusão das notas explicativas no SPED, especialmente no Bloco J e campo J800.

O pregoeiro informou que recebeu os arquivos solicitados da recorrida via e-mail em 22 de agosto de 2023 e que esses arquivos seriam requeridos para inclusão no sistema de compras governamentais em momento oportuno. A análise dos fatos revelou que a recorrida havia apresentado seu balanço patrimonial de 2022 e índices que comprovavam sua boa situação financeira, conforme exigido no edital. O pregoeiro observou que, de acordo com o item 8.4 do edital, qualquer interessado poderia solicitar uma diligência para verificar a exequibilidade e legalidade das propostas, o que poderia ter sido feito durante a fase de julgamento/habilitação, evitando a necessidade de um recurso. Também enfatizou que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas e que, mesmo que os índices não tivessem sido apresentados, poderiam ser calculados com base nos valores do balanço de 2022, conforme estipulado no edital. A luz dos fatos decidiu dar provimento parcial ao recurso apresentado pela CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA e determinou que a empresa SQUADRA

COMERCIO E SERVICOS LTDA realizasse uma diligência para fazer o upload no sistema de compras governamentais dos arquivos comprobatórios das notas explicativas do SPED relacionadas aos índices de comprovação da boa situação financeira da empresa, retornando à fase de habilitação do processo.

#### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 4**

Empresa Recorrente: HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.675.317/0001-56.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Após análise da decisão do pregoeiro, MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, foi consignado que a empresa recorrente questionou um erro na planilha de custos da empresa concorrente, relacionado ao cálculo do imposto em relação ao valor de compra, embora não tenha mencionado isso explicitamente na manifestação de intenção de recurso. O pregoeiro decidiu discuti-lo, identificando o erro, que era passível de correção conforme o edital. O pregoeiro também destacou a responsabilidade da recorrida em recolher os impostos e concordou parcialmente com a recorrente, desde que não houvesse aumento no valor total da proposta, como estabelecido na lei. Quanto ao aumento do capital social da empresa recorrida, o pregoeiro explicou que não era relevante para o processo licitatório, mantendo a decisão de habilitação da recorrida.

#### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 5**

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04.

Referência: Grupo 01 – Kit Higiene (Exclusivo ME/EPP)

O MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado para este item consignou que: A empresa recorrente questionou a capacidade técnica da concorrente, alegando

falta de comprovação dos atestados apresentados e sua incompatibilidade com os critérios do edital. O pregoeiro explicou que a solicitação de comprovação era facultativa e que não havia percebido a necessidade disso durante a habilitação, dada a quantidade pequena de itens em comparação com o fornecimento mencionado nos atestados. No entanto, reconheceu que poderiam ter sido solicitadas diligências para verificar a veracidade do atestado. O pregoeiro decidiu retornar o Grupo 01 à fase de habilitação para essa verificação, seguindo o entendimento proposto no Acórdão 1211/2021, Plenária do TCU.

1. Este Ordenador de Despesas vislumbra que o processo licitatório em discussão não está totalmente em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, que o tema que norteia o recurso foi integralmente discutido e recepcionado, portanto, **DECIDO CONCORDAR INTEGRALMENTE COM O PARECER JURIDICO EMITIDO PELA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO CBMPA**, sob a numeração de 202 de 14 de setembro de 2023 e 209/2023/COJ de 18 de setembro de 2023, e que tal decisão afasta a possibilidade de acatar os encaminhamento entendido e propostos pelo pregoeiro, que embora os entendimento exarados nos decisões atinentes aos recurso de números 1, 3, 4 e 5 ao norte explicitados terem sido assertivas, perdem a finalidade quanto a imperatividade se dar cumprimento à anulação do certamente por erro insanável, devido a ausência da exigência da Autorização de Funcionamento das Empresas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre os documentos de qualificação técnica no que se refere aos produtos que estão obrigados ao registro perante a Anvisa. Por tudo exposto, determino que seja anulado o Pregão Eletrônico nº 06/2023/CBMPA, para que seja feito todos os ajustes necessários no sentido de sanar as incorreções e instruir novo certame licitatório para contratação do objeto pretendido.

2. É a decisão.

Belém-Pará, 26 de setembro de 2023.

JAYME DE AVIZ

BENJO:41157362249

**JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM**

Assinado de forma digital por JAYME  
DE AVIZ BENJO:41157362249  
Dados: 2023.09.29 15:47:22 -03'00'

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Ordenador de Despesas

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: NÃO MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

##### DECISÃO AUTORIDADE COMPETENTE

Análise das decisões proferidos pelo Pregoeiro Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM, referente ao processo PAE nº: 2023/560873 que trata do Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA, cujo objeto é: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene) ocorrido em 27 de julho de 2023, 09h30min (sessão de abertura).

Metodologia: Este ordenador inicialmente fará suas considerações a respeito dos fatos, com base no arcabouço que envolve as razões, contrarrazões e decisão do pregoeiro e ao final emitirá sua decisão.

##### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 1**

Empresa Recorrente: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Após as etapas de lances, julgamento de propostas e habilitação, houve recurso impetrado pela empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71, questionando a aceitação da proposta da recorrida. Os questionamentos envolvem a ausência do valor total por kit na proposta da recorrida, a alegada incongruência que poderia induzir a administração ao erro devido à imprecisão do valor e a exequibilidade da proposta, com apresentação de cálculos para comprovar tal argumento. Também foi mencionada a falta de lançamento de notas explicativas sobre índices financeiros na proposta da recorrida.

O pregoeiro entende que o erro na "Planilha de composição de custos" é material e corrigível, não afetando a proposta em si, desde que não haja aumento no valor total, conforme previsto na Lei 8.666/1993 e no acórdão nº 714/2021.

O pregoeiro concorda parcialmente com a argumentação da recorrente, reconhecendo o erro como corrigível, desde que não haja aumento no valor total da proposta, conforme a jurisprudência. Além disso, enfatiza que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas, não sendo um concurso de destreza para escolher o melhor cumpridor do edital. Também destaca que o setor técnico analisou a proposta ajustada, os catálogos, a planilha de composição e a demonstração de exequibilidade, considerando suficientes as notas fiscais de compras e orçamentos de fornecedores para comprovar a coerência dos preços de custo. Portanto, decide dar provimento parcial ao recurso da empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, solicitando à empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA que ajuste sua proposta final e a planilha de composição de preços de acordo com o edital, sem aumento no preço ofertado, retornando à fase de julgamento de propostas.

##### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 2**

Empresa Recorrente: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

O recurso menciona que a arrematante do Grupo 2 não possui a documentação exigida por lei para a atividade temporariamente arrematada, especificamente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA. A recorrente justifica essa ausência com base em amparo legal.

No ponto "Das Razões do Recurso", é mencionado que a Recorrente, S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, apresentou suas razões via sistema. As Contrarrazões, por sua vez, foram apresentadas pela Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Na seção "Dos Pedidos da Recorrente e da Análise do Recurso", a Recorrente requer que a Recorrida apresente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para a comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal. Argumenta que o edital não previa essa exigência e que a ausência de previsão no edital torna essa exigência ilegal. É mencionado que qualquer interessado poderia ter impugnado o edital, mas isso não foi feito. Na decisão relatada, o pregoeiro solicitou uma manifestação jurídica à Comissão de Justiça do CBMPA para esclarecer a questão da exigência da AFE. A Comissão de Justiça emitiu um parecer jurídico que respalda a exigência da AFE, com base na legislação vigente. Após análise, a Comissão de Justiça do CBMPA recomenda o cancelamento do certame licitatório, sugerindo a abertura de um novo procedimento licitatório. A decisão final anula o certame devido à ausência da exigência da Autorização de Funcionamento da ANVISA entre os documentos de qualificação técnica.

##### **SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 3**

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado a empresa CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, questiona a aceitação da proposta da empresa SQUADRA, alegando que esta não havia validado seu balanço patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme exigido pelo edital. A recorrente solicitou a apresentação do arquivo digital para verificar a inclusão das notas explicativas no SPED, especialmente no Bloco J e campo J800.

O pregoeiro informou que recebeu os arquivos solicitados da recorrida via e-mail em 22 de agosto de 2023 e que esses arquivos seriam requeridos para inclusão no sistema de compras governamentais em momento oportuno. A análise dos fatos revelou que a recorrida havia apresentado seu balanço patrimonial de 2022 e índices que comprovavam sua boa situação financeira, conforme exigido no edital. O pregoeiro observou que, de acordo com o item 8.4 do edital, qualquer interessado poderia solicitar uma diligência para verificar a exequibilidade e legalidade das propostas, o que poderia ter sido feito durante a fase de julgamento/habilitação, evitando a necessidade de um recurso. Também enfatizou que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas e que, mesmo que os índices não tivessem sido apresentados, poderiam ser calculados com base nos valores do balanço de 2022, conforme estipulado no edital. A luz dos fatos decidiu dar provimento parcial ao recurso apresentado pela CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA e determinou que a empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA realizasse uma diligência para fazer o upload no sistema de compras governamentais dos arquivos comprobatórios

das notas explicativas do SPED relacionadas aos índices de comprovação da boa situação financeira da empresa, retornando à fase de habilitação do processo.

**SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 4**

Empresa Recorrente: HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.675.317/0001-56.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Após análise da decisão do pregoeiro, MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, foi consignado que a empresa recorrente questionou um erro na planilha de custos da empresa concorrente, relacionado ao cálculo do imposto em relação ao valor de compra, embora não tenha mencionado isso explicitamente na manifestação de intenção de recurso. O pregoeiro decidiu discuti-lo, identificando o erro, que era passível de correção conforme o edital. O pregoeiro também destacou a responsabilidade da recorrida em recolher os impostos e concordou parcialmente com a recorrente, desde que não houvesse aumento no valor total da proposta, como estabelecido na lei. Quanto ao aumento do capital social da empresa recorrida, o pregoeiro explicou que não era relevante para o processo licitatório, mantendo a decisão de habilitação da recorrida.

**SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 5**

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04.

Referência: Grupo 01 – Kit Higiene (Exclusivo ME/EPP)

O MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado para este item consignou que: A empresa recorrente questionou a capacidade técnica da concorrente, alegando falta de comprovação dos atestados apresentados e sua incompatibilidade com os critérios do edital. O pregoeiro explicou que a solicitação de comprovação era facultativa e que não havia percebido a necessidade disso durante a habilitação, dada a quantidade pequena de itens em comparação com o fornecimento mencionado nos atestados. No entanto, reconheceu que poderiam ter sido solicitadas diligências para verificar a veracidade do atestado. O pregoeiro decidiu retornar o Grupo 01 à fase de habilitação para essa verificação, seguindo o entendimento proposto no Acórdão 1211/2021, plenária do TCU.

1. Este Ordenador de Despesas vislumbra que o processo licitatório em discussão não está totalmente em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, que o tema que norteia o recurso foi integralmente discutido e recepcionado, portanto, **DECIDO CONCORDAR INTEGRALMENTE COM O PARECER JURIDICO EMITIDO PELA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO CBMPA**, sob a numeração de 202 de 14 de setembro de 2023 e 209/2023/COJ de 18 de setembro de 2023, e que tal decisão afasta a possibilidade de acatar os encaminhamento entendido e propostos pelo pregoeiro, que embora os entendimentos exarados nas decisões atinentes aos recursos de números 1, 3, 4 e 5 ao norte explicitados terem sido assertivas, perdem a finalidade quanto a imperatividade se dar cumprimento à anulação do certamente por erro insanável, vícios na elaboração do edital e o descumprimento de normas legais devido à ausência da exigência da Autorização de Funcionamento das Empresas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre os documentos de qualificação técnica no que se refere aos produtos que estão obrigados ao registro perante a Anvisa. Por tudo exposto, determino que seja anulado o Pregão Eletrônico nº 06/2023/CBMPA, para que seja feito todos os ajustes necessários no sentido de sanar as incorreções e instruir novo certame licitatório para contratação do objeto pretendido.

2. É a decisão.

Belém-Pará, 26 de setembro de 2023.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Ordenador de Despesas

**Fechar**